

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES,
IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS**

PROJETO BÁSICO

1. Identificação do Proponente:

Nome da Instituição Proponente	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS
Sigla	SEMIDH
CNPJ	15.169.975/0001-15
E-mail	Barbara.rocha@buriti.df.gov.br
Telefone da Instituição	(61) 3691-1564
Endereço e CEP	Palácio do Buriti, 8º andar CEP: 70075-900 - Brasília/DF
Site	www.mulher.df.gov.br
Responsável pela Instituição/Cargo	Marise Ribeiro Nogueira / Secretária de Estado

2. Identificação do objeto

Nome do Projeto	Implementação da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal
Programa em que se Insere a Proposta	210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência – Nacional
Número do Programa	6500020150001
Objeto	Fortalecimento e Ampliação do “Programa Mulher: Viver sem Violência” - Implementação da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal.
Valor Global R\$	RS 13.753.721,86

mhl

Valor da Contrapartida R\$	R\$ 14.000,00
Valor SPM R\$	R\$ 13.739.721,86

Gestora Responsável pelo Projeto	Myllena Calasans de Matos
Telefone	3961-4624
E-mail	myllena.calasans@hotmail.com

Responsável Administrativo- Financeiro	Euclides Vieira Silva
Telefone	3691-4678
E-mail	Euclides.silva@buriti.df.gov.br

Responsável técnico pela Inclusão/alteração no SICONV	Bárbara Barroso Rocha
Telefone	61- 3961-1564
E-mail	barbara.rocha@buriti.df.gov.br

3. Justificativa

A violência contra as mulheres constitui um dos graves problemas e desafios para o Estado brasileiro. As mulheres e meninas brasileiras são vítimas de violência doméstica, sexual, psicológica, física, moral, patrimonial, assédio sexual, assédio moral, violência institucional e de tráfico para fins de exploração sexual e trabalhos forçados.

O Brasil ocupa, atualmente, o sétimo lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra as mulheres (SPM, 2012). Nos últimos 30 anos, foram assassinadas cerca de 92 mil mulheres, tendo sido 43,7 mil apenas na última década, o que denota aumento considerável deste tipo de violência a partir dos anos 90 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012).

O Distrito Federal ocupa o 8º lugar no ranking nacional de homicídio, com uma taxa de 5,8 homicídios femininos por 100 mil habitantes. Um dado preocupante que motiva a SEMIDH dar cumprimento aos compromissos assumidos no Termo Adesão nº

mlr

001/2013/SPM/PR ao Termo de Adesão ao Programa “Mulher: Viver sem Violência”, sob responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

O Termo de Adesão foi assinado pelo Distrito Federal em julho de 2013, em acordo com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com o compromisso de: fortalecer o organismo distrital responsável pela promoção de políticas para as Mulheres para viabilizar a operacionalização e coordenação dos serviços da Casa da Mulher Brasileira; manter os recursos humanos de sua competência dentro da Casa da Mulher Brasileira; fortalecer a integração dos serviços ofertados na Casa da Mulher Brasileira com os demais serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, incluindo os serviços de promoção da autonomia econômica; disponibilizar informações e dados para monitoramento do Programa Mulher: Viver sem Violência; coordenar de forma compartilhada o Programa; assegurar a integração e o envolvimento dos diferentes órgãos no Programa e, em especial, na implementação da Casa da Mulher Brasileira; e formalizar a repactuação do Plano Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, garantindo a capilaridade das ações governamentais e a transversalidade de gênero nas diversas políticas públicas setoriais no que for de responsabilidade distrital, conforme as atribuições especificadas no acordo de cooperação federativa.

Ação central do Programa “Mulher: Viver sem Violência”, a Casa da Mulher Brasileira visa garantir os esforços necessários para combater as várias formas de violência contra as mulheres. Um equipamento onde serão concentrados os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres durante 24 horas por dia: Acolhimento e triagem; Apoio psicossocial; Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres; Núcleo Especializado da Defensoria Pública; Núcleo Especializado do Ministério Público; Juizado Especializado da Defesa da Mulher; Promoção da Autonomia Econômica; Brinquedoteca; Alojamento de Passagem; e Central de Transportes.

Portanto, a efetivação dos serviços implantados na Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal fortalecerá a Rede de Enfrentamento à Violência contra as

mal.

Mulheres do DF, contribuindo, para o fortalecimento e ampliação do “Programa Mulher: Viver sem Violência”.

4. Contextualização do Distrito Federal

O Distrito Federal (DF) é a unidade autônoma onde tem sede o Governo Federal com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Com um PIB de 149, 906 milhões de reais, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,844, o DF ocupa uma área geográfica de 5.789,8 Km², dividida em 31 Regiões

Administrativas, entre as quais está Brasília, a Capital Federal.

De acordo com a série histórica dos censos brasileiros, desde a inauguração de Brasília, a população do Distrito Federal cresceu 18 vezes, saltando de 141.742 habitantes (1960) para 2.570.160 habitantes (2010), dos quais 1.341.280 eram do sexo feminino. Apesar de Brasília possuir IDH de 0,844, apenas 0,003 pontos percentuais abaixo de Florianópolis (SC), o maior do Brasil, a Capital é marcada por um contexto de desigualdades, com o Índice de Gini em torno de 0,47.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/DF 2013) sobre as características socioeconômicas da população urbana do DF, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) e abrangendo as 31 regiões administrativas, estimou a população urbana do Distrito Federal, em julho de 2013, em 2.786.684 habitantes, sendo 51,98% deste total formado por mulheres.

Segundo a PDAD/DF 2013, 48,98% dos residentes são naturais do Distrito Federal. Em relação ao total de imigrantes, 52,25% são da Região Nordeste; 26,83% da Região Sudeste; 13,91% do Centro-Oeste; 6,38% das Regiões Norte e Sul; e 0,61% são Estrangeiros.

A grande maioria, 65,56%, da população concentra-se nos grupos entre 15 e 59 anos de idade. O percentual de pessoas com até 14 anos de idade soma 20,38%. Já a faixa da população acima de 60 anos de idade é de 14,07%.

No que diz respeito à cor/raça, 49,58% da população do DF declarou ser parda/mulata, seguida de 45,02% da cor branca e 5,16%, cor preta. Nas regiões de maior renda, prevaleceram a cor branca, Lago Sul (80,27%), Sudoeste/Octogonal (73,76%) e Jardim Botânico (66,43%), enquanto nas regiões de menor poder aquisitivo, prevaleceu a cor parda/mulata como na RA Fercal (70,23%), Paranoá (67,98%) e Varjão (66,13%).

Ainda segundo a PDAD/DF 2013, no tocante à ocupação dos moradores do Distrito Federal, com 10 anos e mais de idade, 49,58% têm atividades remuneradas, 14,45% são aposentados e pensionistas e 17,78% somente estudam, enquanto 5,62% estavam desempregados. Em 2013 estimava-se um total de 1.207.111 ocupados, destes, 0,79% trabalhava na agropecuária; 7,03%, na indústria; 25,05% no comércio; 20,90%, na Administração Pública (administração direta, empresas públicas e fundações) e 19,69%, em serviços gerais.

Do total de trabalhadores, a categoria “empregados com carteira de trabalho” representava 50,92%, os empregados sem carteira, 6,64%, a Administração Pública/Militares, 15,99% e os trabalhadores por conta própria (autônomo), 22,65%.

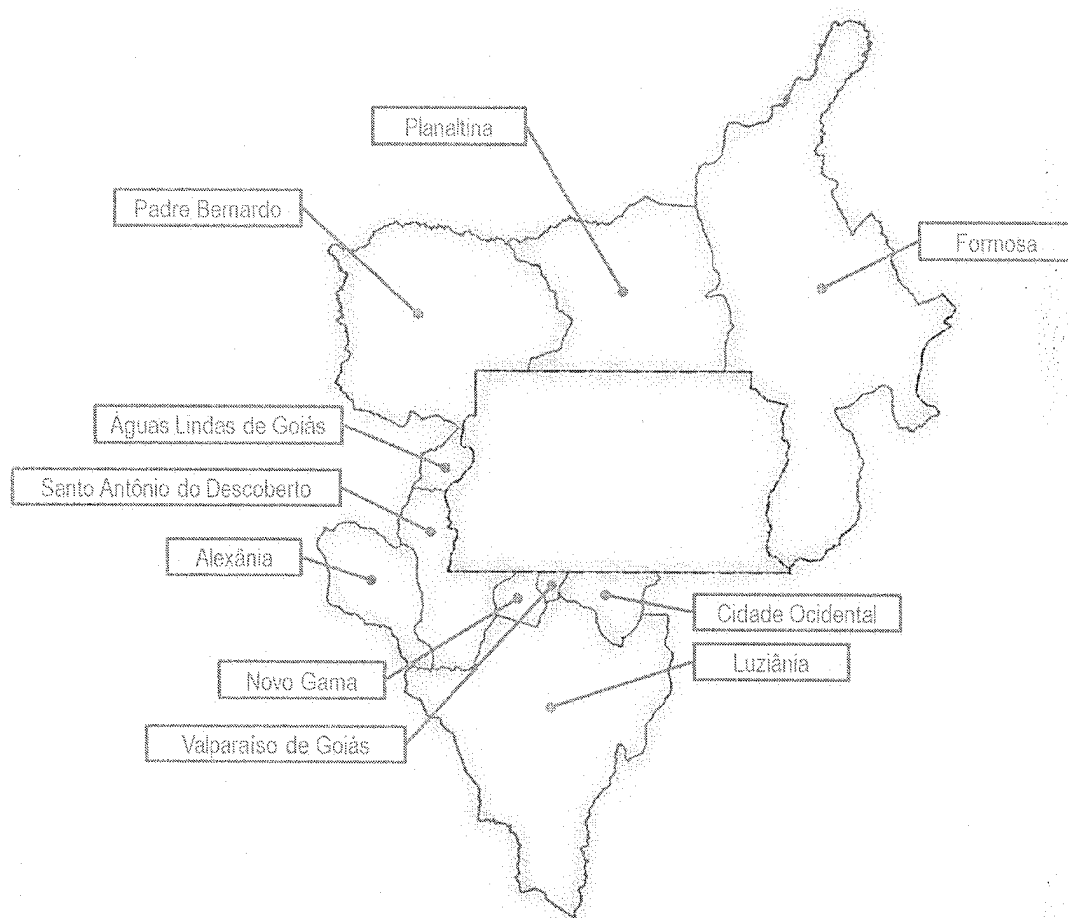
Quanto ao nível de escolaridade, 29,67% dos moradores do DF informaram ter o ensino fundamental incompleto e 17,27% formação superior, incluindo curso de especialização, mestrado e doutorado. Os que se declararam analfabetos, sabem ler, escrever e cursam a alfabetização de adultos totalizam 3,99%, e somados aos que têm ensino fundamental incompleto atingem 32,81% da população.

Já a renda domiciliar média da população do Distrito Federal em 2013 era da ordem de R\$ 5.015,04 (6,93 Salários Mínimos - SM) e a renda per capita de R\$ 1.489,57 (2,20 SM). Evidenciando o contexto de desigualdade interna no DF, a diferença entre a maior renda domiciliar média (Lago Sul) era 14 vezes maior que a menor renda (Estrutural) e em termos de renda per capita, essa diferença era de 18 vezes.

Com relação à declaração de quem era a pessoa responsável pelo domicílio, 72,01% disseram que eram os homens, enquanto 27,99% apontaram as mulheres.

mlf

O Distrito Federal também conta uma grande região metropolitana - a Área Metropolitana de Brasília (AMB), que compreende, além do Distrito Federal, dez municípios localizados no estado de Goiás. De acordo com CODEPLAN, a AMB é uma região que exerce e sofre influência direta da capital federal em diversos aspectos, sendo usuária contumaz dos serviços de saúde, educação, transporte, trabalho e assistência social, bem como dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.



Os municípios da AMB somam quase 24 mil quilômetros quadrados e contam com uma população de 3,5 milhões de habitantes (Censo IBGE, 2010). A Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal também poderá atender as mulheres desses municípios, uma vez que a proximidade geográfica, a relação de seus/suas habitantes com Distrito Federal e a qualidade dos serviços aqui existentes são fatores que motivam essas mulheres a buscarem atendimento na rede de atendimento da Capital Federal.

Em relação à política voltada para as mulheres brasilienses, em 1º de janeiro de 2015, foi criada a Secretaria de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF (SEMIDH), assumindo as atribuições que, na gestão anterior, estavam sob a competência de quatro diferentes pastas: Secretaria da Mulher; Secretaria da Igualdade Racial; Secretaria do Idoso; e, na Secretaria de Justiça, as Subsecretarias de Direitos Humanos e de Pessoas com Deficiência.

A SEMIDH tem a missão de zelar para que o Distrito Federal cultive uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos. Para lidar com a complexidade de temas, a nova Secretaria conta com três secretarias adjuntas: de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Igualdade Racial e de Políticas de Direitos Humanos. Cada secretaria adjunta está composta por coordenações responsáveis pelas ações de enfrentamento a todas as formas de violência, promoção da autonomia econômica, garantia de acessibilidade, educação para o respeito às diversidades, entre outras atribuições.

Com relação aos números da violência contra as mulheres no DF, dados da Secretaria de Segurança Pública referentes a 2013, informam que a denúncia de casos de violência contra a mulher aumentou 12,1% de 2012 para 2013, chegando a 14.731. Esse alto número de denúncias pode ser reflexo de que as mulheres estão mais conscientes e confiantes para denunciarem.

Nesse mesmo ano, apenas cinco das 31 regiões administrativas do DF registraram queda nas denúncias: Taguatinga, Sobradinho, Varjão do Torto, Cruzeiro e SIA. A maior participação no índice total foi registrada em Ceilândia (15,7%), com 2.315 casos.

Com relação à natureza dos crimes denunciados, em primeiro lugar aparecia a ameaça (62,9%), seguida da injúria (52,1%) e lesão corporal (31,5%). Os dados também mostraram que a maior incidência de crimes ocorre das 18h à meia noite (mais de 20%) e aos fins de semana, chegando a 22,1% aos domingos.

Em 2014, a Polícia Civil do Distrito Federal registrou uma média de 38 agressões a mulheres por dia, mais de um caso por hora. Foram 13,8 mil ocorrências ao longo do ano,

mulh

mostrando uma leve queda (5,7%) em relação aos mais de 14,731 mil casos registrados em 2013.

Pelos dados do Disque 180, em 2014, o Distrito Federal aparece como a unidade da Federação com maior taxa de ligações para cada grupo de 100 mil mulheres - foram 158,48. Com a população feminina de 1,3 milhão, o DF teve mais de 2 mil ligações para a central de atendimento no ano passado.

Para atender as mulheres em situação de violência, o DF possui uma rede de proteção, que, em 2012, foi considerada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional para investigar a violência contra a mulher no Brasil, como a mais bem equipada do Brasil para atender as mulheres.

No entanto, a capital do país, apesar de se constituir em uma das unidades da Federação mais rica e contar com uma rede de serviços bem equipadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres, sobretudo após a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006, não foge à regra no que diz respeito à necessidade e fortalecimento da política de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Atualmente, os serviços da rede de enfrentamento do DF, sob responsabilidade da SEMIDH, conformam:

- ✓ 03 Centros Especializados de Atendimento as Mulheres –CEAM, que oferecem assistência jurídica, psicológica e social, localizados no Plano Piloto, Planaltina e Ceilândia;
- ✓ 09 Núcleos de Atendimento as Famílias e aos Autores de Violência Doméstica – Nafavds, que buscam reeducar os agressores e acolher os familiares e estão localizados nas cidades de Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho;
- ✓ 01 Casa Abrigo, criada no ano de 1993, acolhe mulheres ameaçadas de morte pelos agressores;
- ✓ 02 Unidades Móveis de Atendimento para as mulheres nas áreas rurais;

ml

- ✓ 01 “Disque Direitos Humanos da Mulher” (156, opção 6) para fazer denúncias; e
- 01 Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal (CDM-DF), criado pelo Decreto nº 11.036 de 9 de março de 1988, para assegurar às mulheres o exercício pleno de sua participação.

Integram também a rede de enfrentamento do DF, uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), funcionando 24 horas; os serviços de atendimento às mulheres nas delegacias circunscricionais que funcionam em horário de expediente normal; e as unidades de apoio da Defensoria Pública, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Poder Judiciário e universidades.

A ampliação, o aperfeiçoamento e o fortalecimento de equipamentos e serviços que possibilitem a garantia dos direitos das mulheres são essenciais para superação do quadro de desigualdade de gênero que atinge diretamente a realidade da população brasiliense. A Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal, ao reunir diversos serviços, não só irá ampliar o número de serviços do DF como também contribuirá para o aperfeiçoamento e fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de forma articulada e integrada.

5. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

O objetivo geral deste projeto é a implementação e manutenção da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal, facilitando o acesso das mulheres em situação de violência a uma estrutura que acompanhe as diversas etapas pelas quais elas precisam passar para enfrentar de forma integral e definitiva a violência sofrida. A Casa da Mulher Brasileira surge para superar o desafio da integração dos serviços e do atendimento de forma a evitar a revitimização dessas mulheres e, acima de tudo, oferecer o atendimento humanizado e integral que as mulheres necessitam no contexto de violência.

Os objetivos específicos são:

mulher

- ✓ Manter e garantir o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira pelo período de 24(vinte e quatro) meses;
- ✓ Acolher e atender as mulheres vítimas de violência;
- ✓ Integrar os serviços especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência em um único espaço;
- ✓ Facilitar o acesso das mulheres vítimas de violência aos serviços, permitindo que elas saiam do ciclo da violência;
- ✓ Ampliar o número de serviços existentes na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Distrito Federal;
- ✓ Garantir o cumprimento da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);
- ✓ Fortalecer o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação do “Programa Mulher: Viver sem Violência”.

6. Público-Alvo e Resultados Esperados

O público-alvo é composto por todas as mulheres em situação de violência que vivem no Distrito Federal. Será parte também do Público-Alvo as mulheres da Região Metropolitana (“Entorno”) do Distrito Federal que buscar atendimento na Casa da Mulher Brasileira.

Já o número de beneficiários será o de mulheres habitantes em todo Distrito Federal, uma vez que a implementação das políticas de enfrentamento à violência visa alcançar toda a sociedade, promovendo, assim, a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e do bem viver para mulheres e homens.

A Casa da Mulher Brasileira terá capacidade para atender, em média, 200 pessoas ao dia, totalizando no período de um ano aproximadamente 73 mil atendimentos.

myll

Os resultados esperados serão garantir a efetivação das diretrizes previstas no *Programa Mulher Viver Sem Violência*, atuando diretamente nos fatores desencadeantes da violência a fim de reduzir os índices de violência e promover uma cultura de paz.

7. Metas

O Projeto possui as seguintes metas:

- ✓ Manter os serviços de infraestrutura da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- ✓ Integrar os serviços dos órgãos e das entidades que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência, com o atendimento prestado na Casa da Mulher Brasileira;
- ✓ Elaborar o Regimento Interno e o Guia de Procedimentos para Atendimento das Mulheres vítimas de Violência;
- ✓ Aumentar o atendimento às mulheres em situação de violência, com apoio de equipe multidisciplinar;
- ✓ Realizar o acolhimento de mulheres em situação de violência, no alojamento de passagem, com infraestrutura adequada;
- ✓ Realizar o atendimento no serviço de autonomia e trabalho às mulheres em situação de violência.

8. Etapas e Duração do Projeto

O Projeto terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser aditivado por período igual, de acordo com as partes envolvidas.

med

As atividades propostas para execução do projeto serão assim distribuídas:

Etapa	Atividades	Início	Término
Etapa 01– Aquisição de materiais	Aquisição de material de Expediente	A partir da assinatura do Convênio	24 meses após o início da execução
	Aquisição de material para brinquedoteca	A partir da assinatura do Convênio	24 meses após o início da execução
	Aquisição de material de Enxoval (cama, mesa e banho)	A partir da assinatura do Convênio	24 meses após o início da execução
Etapa 02 - Contratação de Serviços de Terceiros	Contratação de empresa especializada em mão de obra: Recepcionistas, Motoristas, Assessor Técnico Manutenção Predial, Auxiliar de Administração Predial, Auxiliar de administração Predial, Telefonistas, Vigilantes, Assessor técnico de Manutenção de Sistemas, Especialistas em rede e informática, Copeiras, Garçonetes ou Garçons, Auxiliar de Limpeza e Estagiários	Até 03 meses a partir da assinatura do Convênio	24 meses após contratação do Serviço
	Contratação de serviços de Lavanderia	Até 03 meses a partir da assinatura do Convênio	24 meses após contratação do serviço.

ma

Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível	A partir da assinatura do Convênio	24 meses após o início da execução
Contratação de serviços de Locação de Veículos	Até 03 meses a partir da assinatura do Convênio	24 meses após contratação do Serviço
Contratação de serviços De Manutenção Predial	Até 03 meses a partir da assinatura do Convênio	24 meses após contratação do serviço.
Contratação de Serviços Públicos (água e luz)	Até 03 meses a partir da assinatura do Convênio	24 meses após contratação do serviço
Contratação de serviços de Telefonia e Internet	Até 03 meses a partir da assinatura do Convênio	24 meses após contratação do serviço

9. Sustentabilidade do projeto

A sustentabilidade do Projeto está garantida com a incorporação da estrutura da Casa da Mulher Brasileira no organograma da Semidh. A Semidh criou em janeiro de 2015 a Coordenação da Casa da Casa da Mulher Brasileira, que integra a Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres (SAM). A Coordenação é composta por uma Coordenadora, uma Assessora Especial e uma Assessora.

Já a estrutura da SAM, além da coordenação da Casa Mulher Brasileira, possui as Coordenações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e de Políticas para as Mulheres, com cerca de oitenta servidores/as que possuem formação na temática de gênero, direitos humanos, enfrentamento à violência e ao racismo e acompanhamento e monitoramento de projetos e políticas. Tal estrutura garantirá condições plenas para a

Mulher

implantação, o monitoramento e a avaliação das ações e projetos executados pela a Casa da Mulher Brasileira.

As etapas da execução serão avaliadas visando o aprimoramento do “Programa Mulher: Viver sem Violência” e funcionamento da Casa. Os dados e as informações coletadas serão divulgadas no sítio da SEMIDH e no Portal do GDF para conhecimento das instituições parceiras, atores interessados na temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e sociedade em geral.

10. Cronograma de Desembolso

Meta 1		
		Valor total
Etapla 01	Aquisição de materiais/bens	R\$ 772.643,42
Etapla 02	Contratação de Serviços de Terceiros	R\$ 11.954.756,96
Total		R\$ 13.753.721,86

Desembolso	Repasse	Contrapartida	Total
Parcela 1 -	5.000.000,00	14.000,00	
Parcela 2 -	2.000.000,00		
Parcela 3 -	6.739.721,86		
Total	13.739.721,86	14.000,00	13.753.721,86

11. Acompanhamento do Projeto

A execução do Projeto será acompanhada pela Coordenação da Casa da Mulher Brasileira.

Brasília, 14 de abril de 2014.


MARISE RIBEIRO NOGUEIRA
Secretária de Estado